



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

MORFOLOGIA URBANA DA VILA COLONIAL DE SÃO JORGE DOS ILHÉUS

(BAHIA – BRASIL, SÉCULOS XVI A XIX)

URBAN MORPHOLOGY OF COLONIAL VILLAGE OF SÃO JORGE DOS ILHÉUS

(bahia – brasil, 16th to 19th centuries)

Marcelo Henrique Dias, Ruana Alencar Oliveira, Iuri Dantas Andrade

UESC Ilhéus-BA

marcelohd2222@gmail.com, huanaalen@hotmail.com, iuridnts@hotmail.com

Resumo

Este artigo analisa a configuração urbana da vila colonial de Ilhéus entre os séculos XVI e XIX. A apreensão dos elementos mais marcantes do urbanismo de matriz portuguesa permitiu a identificação de elementos típicos daquela escola no traçado e na arquitetura da antiga urbe. A partir desse referencial teórico, objetivou-se reconstruir o seu traçado original, identificando os principais edifícios, ruas, travessas, praças e os padrões de quarteirão e de lotes. Com o recurso de ferramentas de georreferenciamento, foi possível espacializar os dados textuais e iconográficos, resultando na elaboração de mapas conjecturais que buscam reencontrar a vila colonial de Ilhéus.

Palavras-chaves

Cidade colonial. Urbanismo português. Georreferenciamento.

Abstract

This paper analyzes the urban configuration of the colonial village of Ilhéus between the 16th and 19th centuries. The apprehension of the most striking elements of the Portuguese matrix urbanism allowed the identification of elements typical of that school in the layout and architecture of the ancient city. Based on this theoretical framework, our objective was to reconstruct the original urban plan of Ilhéus, identifying its main buildings, streets, squares, patterns of blocks, and lots. Utilizing georeferencing tools, it was possible to spatialize the textual and iconographic data, resulting in the elaboration of conjectural maps that seek to rediscover the colonial village of Ilhéus.

Keywords

Colonial city. Portuguese urbanism. Georeferencing.



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

Este artigo visa identificar, descrever e analisar a configuração da morfologia urbana da cidade colonial de Ilhéus e seus referenciais urbanísticos entre os séculos XVI e XIX, seguindo por uma perspectiva historiográfica que se detém nas expressões do urbanismo de matriz portuguesa nas cidades coloniais brasileiras. Ultrapassando a visão da absoluta vernaculidade das primeiras cidades coloniais brasileiras, historiadores, urbanistas, arquitetos e pesquisadores de outras especialidades têm demonstrado que um conjunto de proposições do modelo luso de urbanização orientou a construção dos primeiros núcleos urbanos da América portuguesa, vinculando suas formas a tradições e inovações urbanísticas e arquitetônicas vigentes na primeira metade do século XVI. As ideias e os ideais que acompanharam os colonizadores no processo de colonização resultaram, portanto, em núcleos urbanos com características compartilhadas, identificáveis também em cidades coloniais das Ilhas Atlânticas e dos continentes asiático e africano (REIS FILHO, 1968; PESSÔA, 2000; PORTAS, 2000, TEIXEIRA, 2012).

Em recente balanço historiográfico, Beatriz Bueno aponta duas linhas gerais condutoras dos estudos recentes sobre o tema do urbano colonial, ambas articuladas pelo entendimento da história da urbanização como processo social, mas procurando capturar seus objetos por diferentes escalas de análise. Uma primeira corrente, que problematiza o fenômeno urbano no plano mais amplo do projeto colonial português, enfatiza o papel da rede urbana e das políticas urbanas na organização e na projeção de funcionalidades e representações associadas aos espaços, sempre pensando a relação entre política urbana, arquitetura, modos de vida e modos de fazer a cidade. A outra corrente se dedica a estudos de caráter monográfico, pensando as cidades enquanto artefatos sociais, sem perder de vista os enquadramentos gerais que orientam as soluções arquitetônicas e urbanísticas adotadas. Essa escala de observação, a intraurbana, faculta a realização de estudos de caso, focalizando a tessitura material e social dos núcleos urbanos coloniais por diferentes aspectos (BUENO, 2012). Nessa perspectiva se coloca o presente trabalho.

No nosso caso, por se tratar de um estudo pioneiro sobre a Ilhéus colonial, foi necessário primeiramente conhecer as estruturas físicas originárias e sua evolução no tempo. Esse foi o objetivo que orientou as ações de pesquisa cujos resultados ora apresentamos. Procuramos reconstruir o traçado da antiga vila a partir do seu arruamento e da presença e disposição na topografia de seus edifícios notáveis, de suas praças, equipamentos comerciais e militares. Nesse exercício de reconstituição, nos esforçamos em compreender as soluções adotadas a partir dos dois referenciais básicos da urbanística lusa: o componente vernáculo e



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

as orientações planificadoras associadas a um conjunto de padrões difundidos desde o século XV.

Mesmo priorizando o mapeamento morfológico e a identificação dos referenciais urbanísticos orientadores, não se perdeu de vista as motivações e agências dos atores sociais que produziram e conviveram no espaço urbano em foco, o que impôs a tarefa de identificar os agentes e seus protagonismos no processo de construção urbana.

É preciso destacar que apesar de São Jorge dos Ilhéus ser reconhecidamente o quinto núcleo urbano fundado no litoral brasileiro, sua memória colonial foi apagada quase por completo e isso não ocorreu apenas por descaso, mas por uma ação política e discursiva deliberada pela elite hegemônica local, a partir das primeiras décadas do século XX (MAHONY, 2007). O passado colonial foi associado à imagem de pobreza e decadência, uma longa fase que seria superada somente pela nova dinâmica econômica alavancada pela expansão da lavoura cacaueteira, a partir da segunda metade do século XIX. No plano urbano, intentou-se apagar as marcas do que se identificava como expressão do atraso e da estética antiquada para imprimir um aspecto moderno à cidade, em razão do que muitos edifícios coloniais foram colocados abaixo, como as ruínas do conjunto arquitetônico jesuítico e a barroca igreja de São Sebastião (ALBAGLI, 1999; RIBEIRO, 2005). A própria data em que se comemora o aniversário de Ilhéus curiosamente revela a intenção de demarcar uma refundação, tendo como marco a data da elevação do já então quadricentenário município à categoria de cidade, em 28 de junho de 1881. Como resultado, hoje poucos ilheenses conhecem ou valorizam sua história e seu patrimônio colonial. Não seria exagero afirmar que, à exceção de um pequeno grupo de estudiosos da cidade, nenhum cidadão consegue enxergar vestígios da urbe colonial no centro antigo de Ilhéus, afora a Igreja de São Jorge.

Porém, não apenas estão presentes muitas estruturas da urbe colonial, como ainda condicionam a expansão e as adequações da cidade contemporânea, tanto do ponto de vista das rugosidades, para usarmos o conceito de Milton Santos (1985), como da perspectiva de uma cultura urbana e suas permanências nos modos de fazer a cidade ao longo dos tempos (PORTAS, 2000). Portanto, é preciso conhecer a morfologia da cidade colonial e seus elementos de referência, fazendo emergir esse patrimônio urbano como condição necessária à sua preservação e reabilitação, pois, o patrimônio só pode permanecer vivo e evoluir se compreendido pela sociedade e se ela o reconhecer como parte de sua cultura e como economicamente útil (TEIXEIRA, op. cit., p.09-10).

O conjunto de fontes usadas na pesquisa inclui a bibliografia produzida no período colonial, da qual selecionamos os autores que deixaram testemunhos sobre a vila de Ilhéus,



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

como José de Anchieta [1554-1594], Gândavo [1576], Gabriel Soares de Sousa [1587], Diogo de Campos Moreno [1612], Frei Vicente de Salvador [1627], Barléu [1647], Simão de Vasconcelos [1663] e Jaboação [1761], dentre outros. Da bibliografia tradicional sobre o município de Ilhéus, seja ela historiográfica, memorialística, ou mesmo literária, colhemos informações valiosas sobre a cidade antiga, inclusive de vestígios materiais de estruturas do passado hoje desaparecidas, além da toponímia e dos aspectos funcionais e simbólicos dos lugares. Um banco de dados com mais de quinhentas escrituras registradas no notariado de Ilhéus, entre os séculos XVIII e XIX, ofereceu uma gama de informações empíricas que permitiram identificar as ruas e sua toponímia, a presença de edifícios religiosos, largos, praças etc.¹ Importantíssimo foi o aporte da iconografia antiga, parte encontrada em publicações brasileiras e portuguesas, parte levantada em arquivos brasileiros, como a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e o Arquivo Histórico do Exército. As estruturas do passado ainda presentes na cidade de Ilhéus, como ruas, igrejas e ruínas, também foram tomadas como documentos diretos de pesquisa. Elas proporcionam, para além da apreensão das morfologias em questão, a experiência sensorial em relação às dimensões dos espaços e à percepção da paisagem do entorno. Ferramentas de georreferenciamento, por sua vez, permitiram especializar os dados textuais, iconográficos e materiais, resultando na composição de mapas conjecturais de diferentes momentos da história de Ilhéus e projeções das tessituras antigas em imagens aéreas atuais. Esse conjunto cartográfico propicia uma apreensão mais objetiva no exercício de reencontrar a antiga vila colonial de Ilhéus.

1. A vila velha de Ilhéus

A matriz urbana portuguesa contribuiu decisivamente para a formação morfológica das cidades brasileiras surgidas nos quatro primeiros séculos de sua história. É necessário dizer de antemão que as cidades portuguesas possuem dois tipos de componentes que se articulam entre si na formação do território urbano. O primeiro componente é o de caráter vernáculo – orgânico ou não planejado –, que se refere à estruturação das cidades baseada na geografia, na topografia do terreno, na natureza do solo e do clima. O componente vernáculo corresponde usualmente às primeiras fases de implementação urbana, sem maior rigor de técnicas, associando o traçado urbano com as características físicas do local. As ruas, implantadas de acordo com as linhas naturais, e os edifícios singulares, localizados em pontos dominantes, mostram-se como os primeiros elementos de organização do espaço urbano. O segundo componente tem caráter erudito e está relacionado a momentos de evolução urbana,

¹ Banco de Dados de Escrituras do Notariado da Vila de Ilhéus (séculos XVIII e XIX). Disponível em: <https://suportenepabuesc.wixsite.com/nepab>; Acesso em: 16 mai. 2018.



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

uma vez que o desenvolvimento ou a importância de uma cidade justificariam o emprego de técnicas e teorias para a definição de um traçado mais regular de base geométrica. Salienta-se que as cidades portuguesas – mesmo as mais rigorosamente planejadas – nunca vão de encontro às características dos sítios nos quais se localizam, muito pelo contrário, tiram benefício e se ordenam com eles (TEIXEIRA, op. cit.).

A partir do século XVI a mentalidade urbana presente em Portugal será reproduzida em suas colônias, em menor ou em maior grau. Nas primeiras aglomerações dos portugueses na costa brasileira observa-se a importância que se dava para o sítio e todo o cuidado para escolhê-lo, pois os colonizadores procuravam territórios altos, onde poderiam se proteger de ataques indígenas ou de estrangeiros. Na parte baixa ficavam o porto e todo o aparato comercial e fiscal relacionado ao comércio ultramarino, como alfândega, armazéns etc. Com isso, surgia uma dualidade articulada nas primeiras cidades coloniais entre a parte alta e a parte baixa. Estas cidades obedecem, portanto, a uma série de regras que definem as singularidades capazes de caracterizar sua morfologia urbana.

Partindo desse pressuposto, procuramos decodificar os princípios urbanísticos, militares, comerciais e técnico-construtivos que determinaram formas embrionárias da morfologia da antiga vila de Ilhéus, algumas delas ainda hoje presentes na sua malha urbana. Sem que tenhamos maiores informações sobre o traçado das ruas, ou qualquer gravura que revele os aspectos morfológicos da primeva vila de Ilhéus – a cidade alta ou vila velha –, a reconstituição hipotética de seu desenho será conduzida pensando nas adaptações possíveis do modelo luso à topografia do lugar, identificando nas fontes a presença dos principais edifícios e toda pista que permite inferir sobre sua localização.

Com a expansão da urbe para a planície, após a consolidação das pazes com os indígenas tapuias, ao longo do século XVII, a vila velha foi sendo paulatinamente desabitada. No século XVIII, o outeiro onde se ergueu a primeira vila será chamado de “Morro da Matriz Velha” e seu território estará tomado por lavouras de subsistência e poucas casas de moradia, como indicam algumas escrituras do notariado. Assim permanecerá por todo o século XIX e somente nas primeiras décadas do XX se reurbanizará novamente, como é possível constatar por fotografias remanescentes do período. Nossa pesquisa, como se verá, fundamenta a hipótese de que as ruas consolidadas nesse período recente assentam-se nos antigos arruamentos coloniais.

O primeiro donatário da capitania de Ilhéus, Jorge de Figueiredo Correia, fidalgo e escrivão da Fazenda, nunca esteve nas terras doadas pelo rei D. João III. Enviou em seu nome o castelhano Francisco Romero e deu a ele amplos poderes para explorar e povoar os novos



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

domínios. Na escolha do lugar para a instalação da vila, fato ocorrido nos primeiros meses de 1536, segundo a projeção de Silva Campos (2006, p.35), foi priorizada a necessidade de defesa. Localizado em uma elevação costeira, à margem esquerda do estuário constituído pelos rios Cachoeira, Fundão e Santana (atual Rio do Engenho), o Outeiro de São Sebastião, chamado à época de Santo Antônio, configurava-se em local protegido naturalmente, tendo na contiguidade da planície os elementos naturais necessários às operações econômicas que dariam o sentido da empresa colonial. Tomava forma, assim, o modelo de “cidade alta – cidade baixa”, característico das primeiras vilas e cidades coloniais portuguesas.

Os edifícios religiosos e administrativos, localizados nos pontos dominantes, foram os elementos estruturadores do traçado urbano. Nas cartas do padre Anchieta, a primitiva igreja Matriz de Ilhéus é localizada no alto do morro (ANCHIETA [1554-1594], 1933, p.416). Em meados do século XX, quando se intensificava a reocupação do outeiro, ainda se viam as ruínas de uma igreja, próximo a qual, foram encontradas ossadas e restos de lápides, indicando ser ali também o antigo cemitério (CAMPOS, op. cit., p.42-43). A Santa Casa de Misericórdia, por sua vez, também aparece nas crônicas do primeiro século de colonização, sendo mencionada nos relatos do padre Simão de Vasconcelos, dentre outros cronistas (VASCONCELOS [1663], 1865, p.31). Todavia, não há qualquer evidência sobre sua localização. Considerando-se a topografia do Outeiro de São Sebastião e as referências à localização da matriz na parte mais elevada do morro, a hipótese que nos parece mais plausível é a de ter sido elevada no outro patamar, pois não havia outro ponto de elevação nos limites da colina.

Outro edifício dominante do qual temos notícias é o da casa de cadeia e câmara (ANCHIETA [1554-1594], 1933; SOUSA [1587], 1851). Deste também não se tem a localização. Seguindo o modelo hipotético que vimos construindo, é presumível situar a cadeia na mesma linha de cumeada que configurava a “Rua Direita”, porém, em uma altura intermediária, entre os dois pontos mais elevados do morro (Matriz e Misericórdia). Estaria, assim, no sítio da atual Praça do Cadete – ou Praça do Canhão –, interposto natural para quem sobe a ladeira, vindo da vila baixa em direitura ao ponto mais elevado do morro. Lugar plano e amplo, com uma vista privilegiada para o mar e para o porto de dentro, também era local adequado para a função de feira, por onde tudo que subisse havia de passar (Figura 1).

Interligando esses pontos dominantes, a se considerar a tradição urbanística das vilas de colina, admite-se a abertura de uma rua principal, a “Rua Direita”, através da linha de cumeada, demarcando a parcela urbanizada do morro, de norte a sul. Esse traçado corresponde ao das ruas que hoje se fazem presentes. Abaixo dessa, acompanhando a

topografia do morro, até o ponto em que se acentua o declive, onde provavelmente corriam as paliçadas de defesa, figura outra rua, correspondente a atual Nossa Senhora de Lourdes, cujo traçado também justifica a presunção de ter funcionado antigamente como uma rua de serviço, compondo, com a rua principal, acima, na linha de cumeada, o primeiro quarteirão da vila de Ilhéus. Nesse caso, configurava-se o quarteirão de tipo medieval, no qual a face do lote, onde se construía a casa, fazia frente à rua principal, enquanto a parte de trás dava acesso ao caminho de serviço, por onde entravam materiais diversos usados nas oficinas (TEIXEIRA, 2012, p.87). Esse modelo de quarteirão e de lotes, que também permitia um melhor escoamento da água, encontra correspondência na morfologia da reurbanização do Outeiro de São Sebastião, chegando, assim, aos nossos dias (Figura 2).

Nesse modelo, a primitiva igreja Matriz (no patamar mais elevado), a Santa Casa de Misericórdia (no patamar menos elevado) e a casa de cadeia e câmara (na parte intermediária) formariam os primeiros edifícios a reproduzirem a gênese do urbanismo lusitano na vila de Ilhéus. Interligando-os, na linha de cumeada, a rua principal se estendia de norte a sul do outeiro, compondo com a rua de serviço, mais abaixo e no sentido paralelo, um ou mais quarteirões de modelo medieval.

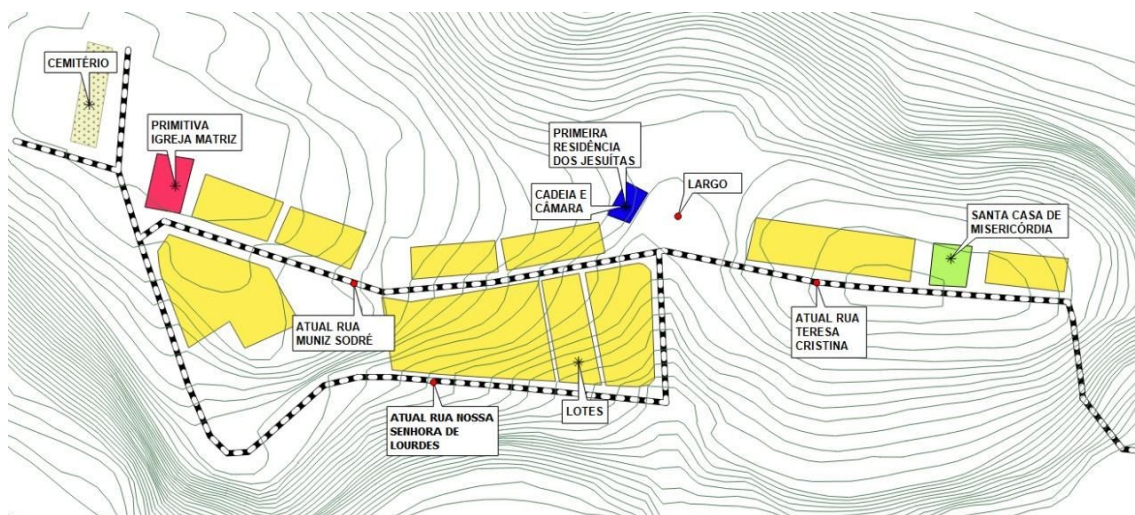


Figura 1 – Vila velha do Outeiro de Santo Antônio, atual Outeiro de São Sebastião (século XVI)

Fonte: Mapa obtido por satélite com as linhas de elevação do Laboratório de Análises e Planejamento Ambiental – LAPA/UESC no programa QGIS e adaptado pelos autores.



Figura 2 – Projeção atual do Outeiro de São Sebastião com a indicação do local onde ainda se pode ver a disposição dos lotes de uma rua a outra do quarteirão

Fonte: Google Maps, 2018 (adaptado pelos autores).

A projeção desses modelos de arruamento e configuração de quarteirões na incipiente vila de Ilhéus nos leva a questionar se haveria a presença de agentes de conhecimento técnico na função de arruadores. Apesar de não encontrarmos informações contundentes a esse respeito, identificamos a presença de um morador que muito provavelmente cumpriu esse papel na década de 1540. Trata-se de Filipe de Guillem, um polêmico matemático que morou na vila de São Jorge entre 1539 e 1549, depois de ter acompanhado o primeiro donatário da capitania da Bahia, Francisco Pereira Coutinho, e residido também na incipiente vila de Porto Seguro. Por todo o período em que morou na vila de Ilhéus, conforme declara ao rei em uma missiva de 1550, teria exercido as funções de juiz ordinário e vereador (CAMPOS, op. cit.,



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

p.59). Quando Tomé de Sousa chegou para fundar Salvador, em 1549, Guillem foi logo chamado para auxiliar na governança e nos trabalhos de abertura de ruas e ladeiras. Foi vereador também em Salvador e fez parte do grupo dos 16 pedreiros da equipe do engenheiro Luís Dias (CARITA; CARITA, 2000, p.180). Com esse perfil e esse currículo, bem nos afigura a probabilidade de ter exercido um papel destacado na projeção do traçado urbano da vila de Ilhéus, nos seus primeiros anos de existência.

Àqueles primeiros edifícios dominantes, construídos na primeira metade do século XVI, veio juntar-se mais um, a casa de residência dos jesuítas, anexa a uma igreja, complexo cuja construção se iniciou em 1563. Segundo Berbert de Castro, apoiado em informações dos padres jesuítas – sobretudo Anchieta e Cardim –, o prédio destinado à moradia, com oficinas e quatro câmaras ou celas assobradadas e forradas, fora edificado na chapada do morro. A construção da igreja teria sido finalizada somente em 1572. O sítio era bom e prospecto para o mar, em lugar eminente, tendo sua cerquinha com algumas árvores de frutos. Informa, ainda, o autor ilheense, que, para a construção do “mosteiro” foi necessário derrubar a primitiva cadeia (CASTRO, 1981, p.37). Isso nos leva a supor ser lugar provável o da atual Praça do Canhão. A referência à localização na “chapada” do morro reforça essa hipótese, pois, o termo chapada, na Geografia e na Geologia, define um altiplano. Considerando a topografia do Outeiro de São Sebastião, onde temos dois picos mais elevados nas extremidades norte e sul, onde se situavam a Matriz e a Misericórdia, o altiplano se configura exatamente entre esses dois extremos, justamente onde hoje se encontra aquela praça. As demais referências encontradas nas fontes, como a prospecção para o mar, também encontram fundamento nessa localização.

Em Gândavo encontramos informações sobre aspectos gerais da vila na década de 1570: era “muito formosa, e de muitos vizinhos”, estando “em cima de uma ladeira à vista do mar, situada ao longo de um rio onde entram os navios” (GÂNDAVO [1576] 2008, p.102). A mencionada ladeira fazia ligação com a zona portuária, sendo o principal acesso da parte baixa para a vila velha, provavelmente o único caminho transitável por carroças, aos pés do qual, se formou o largo de São Sebastião, posteriormente dotado de uma capela homônima. Este largo se tornou um elemento morfológico importante de funcionalidade prática e simbólica da vila, espaço de trânsito, comércio e manifestação religiosa. Ali se articulavam as duas malhas urbanas: a da cidade alta e a da cidade baixa.



Figura 3 – Vila velha no século XVI. Projeção da morfologia antiga no sítio atual do Outeiro de São Sebastião.

Fonte: Base cartográfica obtida por satélite do Laboratório de Análises e Planejamento Ambiental – LAPA/UESC no programa QGIS e adaptada pelos autores.

2. A cidade baixa

A segunda metade do século XVI é compreendida como um período importante para a economia da vila de Ilhéus, uma vez que a produção de açúcar atinge seu auge. Os engenhos localizados no interior escoavam as mercadorias pelos rios que desembocam no delta chamado à época de “Rio dos Ilhéus”, onde se localizava o porto da alfândega. Por ali também passava o pau-brasil extraído nas margens do rio Cachoeira. De lá, as mercadorias seguiam por terra em direção ao desembarcadouro marítimo do Tambepe.

É importante descrever e analisar o sistema portuário da vila de Ilhéus colonial para que se possa compreender sua relação com o traçado das primeiras ruas da vila baixa. A vila teve desde o início do processo de colonização dois portos de embarque e desembarque. Um era marítimo e funcionava no mesmo lugar onde opera o atual porto do Malhado (o porto novo). O outro, onde se localizava a alfândega, situava-se no abrigo da baía do Pontal, próximo ao lugar onde se construiu, no início do século XX, o porto que dinamizou a economia do cacau até os anos de 1970 (o porto velho). Ali foi instalada a primeira alfândega nos anos iniciais da vila. No entanto, naquele porto não atracavam navios de grande calado, pois a

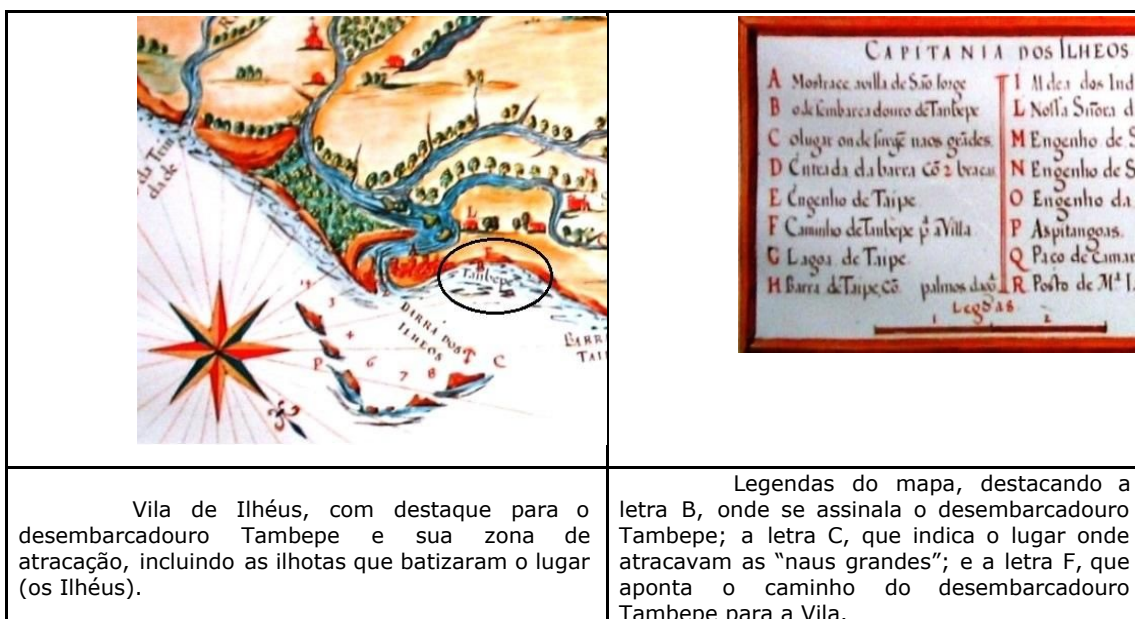


DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

barra, entre o Morro de Pernambuco e o Outeiro de São Sebastião, não oferecia profundidade suficiente. Embarcações maiores, as chamadas “naus grandes”, fundeavam próximo aos “ilhéus” – pequenas ilhas marítimas à frente da enseada –, de onde barcos menores, sobretudo canoas, complementavam as operações de embarque e desembarque. Naquela “ponta da Pedra Grande” operava o desembarcadouro do Tambepe, devidamente assinalado nos mapas de Luís Teixeira, de 1575 (TEIXEIRA, 1968, p.39), e de João Teixeira Albernaz, da segunda década do século XVII (Figura 4). O batismo de “Rio dos Ilhéus”, que os portugueses conferiram ao lugar, expressa a importância que aquelas pequenas ilhas, localizadas a poucas braças da praia, representava para os navegadores, desde os primeiros anos da presença europeia. Ali, ancoravam as naus que vinham carregar pau-brasil, açúcar, mantimentos, madeiras etc.

Essas mercadorias, no entanto, deveriam ser devidamente inspecionadas e taxadas pela autoridade fazendária, o provedor nomeado pelo rei. A alfândega devia ficar nas proximidades dos trapiches onde desembarcavam canoas e outras embarcações menores que traziam as mercadorias dos engenhos, fazendas e florestas do interior, através dos afluentes que desembocam na baía do Pontal (“Rio dos Ilhéus”). O traslado das mercadorias entre o porto da alfândega e o desembarcadouro Tambepe deu razão a um caminho curvilíneo, a desviar os carros de transporte dos alagadiços presentes entre o mar e a terra, naquele trecho. Tal caminho delineou o traçado das atuais ruas Dom Valfred Tepe e General Câmara, as quais, originalmente, compunham um único caminho entre o ponto da praia que dava acesso ao desembarcadouro Tambepe e o largo de São Sebastião, às portas da ladeira que ascendia à cidade alta. No século XIX, esse velho caminho aparecerá nas escrituras do notariado sob a designação de Rua do Cabula, nome que sugere a presença marcante de populações africanas. Isso se justificaria por ser uma rua de passagem obrigatória das mercadorias que iam e vinham do desembarcadouro, cujo trabalho era obviamente realizado por escravos.²

² Coincidentemente (ou não), no início da atual Rua Walfred Tepe está localizada a Praça Castro Alves, mais conhecida atualmente como Praça do Acarajé da Irene. Velhas e novas referências acentuam e valorizam a cultura negra naquele espaço urbano.



Vila de Ilhéus, com destaque para o desembarcadouro Tambepe e sua zona de atracação, incluindo as ilhotas que batizaram o lugar (os Ilhéus).

Legendas do mapa, destacando a letra B, onde se assinala o desembarcadouro Tambepe; a letra C, que indica o lugar onde atracavam as "naus grandes"; e a letra F, que aponta o caminho do desembarcadouro Tambepe para a Vila.

Figura 4 - Fragmento do mapa de João T. Albernaz (aproximadamente 1612)

Fonte: (MORENO [1612], 1955, p.35)

Outra artéria aberta nos primeiros anos de ocupação colonial na parte baixa da urbe ligava a entrada da vila velha ao porto da alfândega, compondo o circuito formado pela rua Direita do Porto – mais tarde também denominada Travessa de Manuel Azevedo da Silva, atual Coronel Paiva – e a Rua do Porto, atual Marquês de Paranaguá. Nesta última rua ficavam os armazéns e os trapiches, na zona mais próxima do Outeiro.

Aquelas três primitivas ruas – a do caminho do Tambepe, a do Porto e a Direita do Porto – davam sentido ao modelo "cidade alta e cidade baixa" e vão emoldurar o desenvolvimento da malha urbana como vias estruturantes, entre o final do século XVI e início do XVII. É a partir dessas três artérias que se organizará o sistema de percursos, definindo a lógica dos traçados. Essas ruas se estabeleceram, portanto, como os primeiros demarcadores da malha urbana da futura cidade.

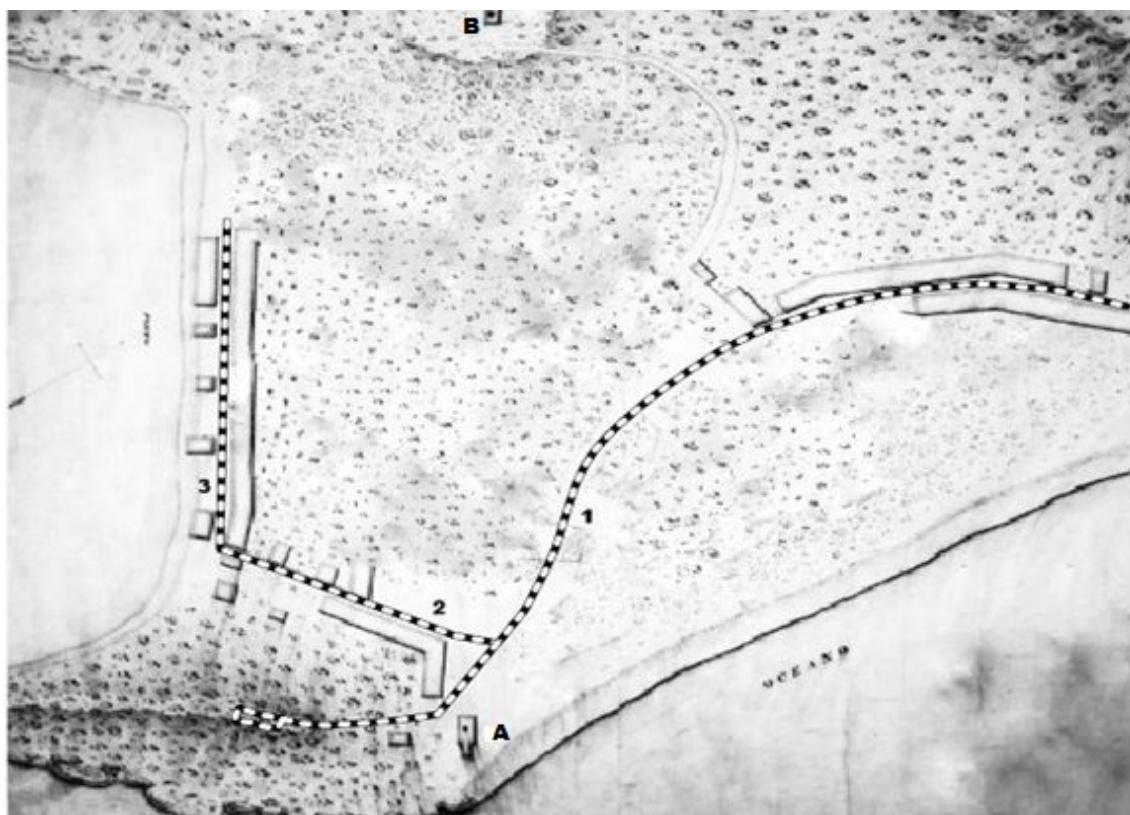


Figura 5 - Mapa com as primeiras ruas da cidade baixa

Fonte: Planta da vila de Ilhéus, 1852, Arquivo do Exército, Rio de Janeiro (AHEX, n. 2460), adaptado pelos autores.

Tabela 1: Legendas da figura 5.

Ruas	Igrejas
1- Rua do caminho do desembarcadouro Tambepe para a vila	A- Capela de São Sebastião
2- Rua Direita do Porto	B- Capela de Nossa Senhora da Vitória
3- Rua do Porto	-

No início do século XVII, a capela de São Sebastião já havia sido construída no largo homônimo, situada de costas para o mar e para a vila velha, e de frente para a urbe que se expandia na planície. Em direção ao interior, foi construída a capela de Nossa Senhora da Vitória, outro edifício religioso que passou a delimitar a malha urbana da cidade baixa. Uma primeira capela existia sob o nome de Nossa Senhora das Neves e se localizava aos pés do morro hoje conhecido por Alto do Teresópolis. Na década de 1570, na conjuntura das lutas



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

contra os indígenas Aimoré, uma nova capela foi construída em homenagem a vitória dos portugueses, atribuída pelos moradores à intervenção de Nossa Senhora da Vitória (JABOATÃO [1761], 1858, p.89-89).

Essa nova capela, construída no alto do morro, servirá como local de refúgio e proteção. Sua posição elevada, a poucos metros do mar e de costas para o interior, permitia ampla visão dos caminhos por onde se aproximavam os nativos tapuias. Também serviu de acolhimento para os moradores que abandonaram suas casas no contexto de um ataque de franceses, no fim do século XVI (idem). A igreja de Nossa Senhora da Vitória se firmará, assim, como ponto de delimitação do crescimento da vila de São Jorge para o lado do interior, cumprindo dupla função: religiosa e de defesa.

Mesmo naquele ambiente inseguro dos primeiros tempos da colonização, os moradores não deixavam de ocupar com lavouras os terrenos das encostas ao redor da vila. Desde muito cedo a vila de Ilhéus se destacou como centro produtor de mantimentos. O produto de suas lavouras socorreu os moradores da Vila do Pereira durante o primeiro cerco impingido pelos Tupinambá ao então donatário da Bahia. Na chegada de Tomé de Sousa, por ordem do monarca, moradores de Ilhéus concorreram para o abastecimento da armada. Diferentes testemunhos atestam ser a vila muito abastada de mantimentos, resultado da reconhecida fertilidade dos terrenos arrabaldes. Moradores circulavam e abriam caminhos entre suas moradas urbanas e suas terras de lavoura. A construção da capela das Neves e, posteriormente, da de Nossa Senhora da Vitória, não sugere outra coisa. Entretanto, nas últimas décadas do século XVI, o ambiente de insegurança decorrente dos contínuos conflitos com os indígenas Aimoré refreou o processo de urbanização. Um movimento de inflexão demográfica e econômica teria levado a vila e toda a capitania de Ilhéus a uma situação de decadência. A conjuntura mudaria no início do século XVII, quando os jesuítas da residência de Ilhéus conseguiram pacificar um aguerrido grupo daqueles nativos, promovendo um período de paz muito propício à retomada da expansão urbana.

3. Do vernáculo à geometrização: o traçado urbano da cidade baixa

Desde o estabelecimento da residência jesuítica, até o início do século XVII, os inicianos só fizeram crescer seu poderio junto aos índios e aos colonos da vila de Ilhéus. Sua supremacia pode ser constatada na ata de audiência do sargento-mor Diogo de Campos Moreno com os camaristas de Ilhéus, em 1611 (RIHGB, IV Congresso de História Nacional, tomo 11, 1951). Nas suas queixas, o juiz ordinário e os vereadores atribuíam aos jesuítas a maior causa da falta de braços para as lavouras locais. O tom dramático com que clamavam



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

pela intervenção do monarca junto aos inacianos consiste um flagrante da impotência daqueles moradores face aos interesses da Companhia, situação bem diversa do que ocorria em terras paulistas ou pernambucanas, por exemplo.

O fato de terem dado solução àquilo que representava o principal flagelo dos moradores da vila de Ilhéus – os conflitos com os Aimoré – certamente concorreu para consolidar o poderio temporal dos residentes inacianos. Nesta condição, a exemplo do que ocorreu em Salvador, em Ilhéus os jesuítas também se tornaram importantes agentes da modelação urbana.

Mas não foram eles os religiosos pioneiros na ocupação de terrenos mais amplos na parte extramuros da vila de São Jorge. Enquanto a Companhia de Jesus mantinha sua residência intramuros – no Outeiro de Santo Antônio –, religiosos de São Bento foram agraciados com terrenos na planície, próximo à primitiva capela das Neves, na penúltima década do século XVI. A construção do mosteiro começou por volta de 1586, pois a isso se refere Gabriel Soares de Sousa no seu Tratado (1851, p.56-57), mesmo ano apontado pelo monge beneditino Dom José Lohr Endres (*apud* HERNÁNDEZ, 2009, p.59). Em 1596, a Casa do Espírito Santo da Capitania de Ilhéus era um priorado ligado à Abadia do Mosteiro da Bahia, e assim permaneceria enquanto não acolhesse mais de cinco religiosos (DIAS, 2012, p.238-243). Todavia, logo os beneditinos abandonaram a vila, deixando para traz suas possessões. Embora os estudiosos da história da Ordem Beneditina no Brasil não tenham a data precisa da extinção da Casa de Ilhéus, é possível aferir que tenha ocorrido antes de 1602, quando os embates com os Aimoré foram refreados pela intervenção dos jesuítas. Uma missiva de 1626, emitida pelo locotenente da Capitania de Ilhéus, Antônio Simões, informa que os beneditinos haviam se despejado com a guerra. A ousadia de habitar a planície em meio aos conflitos com os tapuias teria custado caro aos monges negros. Segundo o mesmo documento, aqueles haviam deixado para traz seu sítio, “com seu quintal serrado onde ficara com fonte dentro” (MAGALHÃES; BRITO, 2015, p.72-73). O caminho que dava acesso ao sítio do priorado, em cuja extremidade se localizava a antiga capela das Neves, passou a ser chamado de Rua de São Bento, nome que perdurou até o século XIX.

Os jesuítas, por sua vez, souberam esperar momento mais oportuno para reivindicarem um terreno maior na cidade baixa. Em 1614, quando da visita a Ilhéus do padre provincial da Bahia, Henrique Gomes, este achou a casa e a igreja arruinadas, em vista do que, a câmara e “muitos outros moradores ofereceram-lhe sítio novo, diferente.” (*apud* LEITE, tomo 5, cap. X, p.217). Já em 1626, o locotenente Antônio Simões apontava que os terrenos deixados pelos beneditinos ficavam vizinhos aos dos padres da Companhia (MAGALHÃES;



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

BRITO, op. cit., p.68), o que atesta que a essa época os jesuítas já estavam acomodados na cidade baixa.

Em Ilhéus, a nova residência jesuítica, pela sua importância institucional e pelo suposto empreendimento de seus religiosos, passou a ser o principal elemento irradiador do arruamento que se expandia na planície. A cidade baixa nunca terá uma casa de cadeia e câmara ao longo de sua história, permanecendo o edifício jesuítico como o principal conjunto arquitetônico da urbe, até a supressão da Ordem, em 1759, quando começa a ser paulatinamente exposto a um processo contínuo de deterioração. Suas ruínas seriam destruídas definitivamente na última década do século XIX, para a construção do Palácio Paranaguá, sede municipal da então cidade de Ilhéus. Não por coincidência foi escolhido o mesmo local que havia centralizado a configuração morfológica da cidade baixa, desde a primeira metade do século XVII.

Ao longo dos seiscentos ocorreu um abandono gradual da vila velha, pois, com a pacificação dos Aimoré, não se justificaria mais residir no morro, sujeito ao trabalho extra de subir água, mantimentos e demais mercadorias, considerando também o custo que representava os pagamentos de carretos. A ocupação mais intensa da planície, sobretudo após a construção do mosteiro jesuítico, resultou no aterro de lagamares para viabilizar novas áreas de ocupação para a urbe.

No final daquele século, foi construída (mas não concluída) a nova matriz de São Jorge, justamente sobre uma antiga área de restinga, a mesma que, há mais de um século atrás, teria forçado a curvatura do antigo caminho que ligava o desembarcadouro Tambepe às portas da vila velha. Junto com a igreja, surgiram novas ruas, como a Rua da Matriz e a Travessa da Matriz, além do largo (ou praça) da praia, local da atual Praça Rui Barbosa.

O alinhamento dessa nova malha urbana representa a adoção, na virada do século XVII para o XVIII, de formas geométricas, "endireitando" o traçado curvilíneo herdado da fase anterior. A nova matriz e o arruamento que a emoldura estabelecem um limite entre a urbe e sua periferia, constituída pela zona marginal da atividade portuária, dos carregamentos, do trabalho e do trato de escravos. O Colégio Jesuítico, por sua vez, afigura no plano superior da urbe, centralizado em relação às demais ruas, formando um pentágono que se divide em um triângulo e um (quase) trapézio, divididos pela Rua Direita do Colégio. O triângulo envolvia a zona da praia, local de residências e da matriz, onde se estabeleciam as irmandades dos moradores melhor estabelecidos; já o trapézio abarcava a zona do porto da alfândega e do comércio (Rua do Porto). No ponto convergente dessa forma pentagonal, o Colégio Jesuítico ostentava seu lugar de poder.



Figura 6 - Vila de Ilhéus (séculos XVII-XVIII)

Fonte: Planta da vila de Ilhéus, 1852, Arquivo do Exército, Rio de Janeiro (AHEx, n. 2460), adaptado pelos autores.

Tabela 2 - Toponímia de Ilhéus nos séculos XVIII e XIX (legendas figura 6)

Fontes: (A - L) Banco de Dados de Escrituras do Notariado da Vila de Ilhéus (séculos XVIII e XIX), op. cit.; (1-4) IPAC. 1988.

Legendas	Ruas/Edifícios	1ª vez que o nome da rua é citado	Nomes atuais	Código da escritura no banco de dados
A	Rua do Cabulla (antigo caminho do desembarcadouro Tambepe para a vila)	1837	Ruas Dom Valfred Tepe e General Câmara	182, 195, 200, 238, 541



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

B	Rua do Colégio/ Rua Direita do Colégio/Rua que vai para o Colégio/ Rua Direita	1710	Jorge Amado	42, 61, 64, 111, 112, 140, 195, 1994, 200, 289, 345, 519
C	Rua Direita do Porto/Travessa de Manoel de Azevedo da Silva	(Direita) 1728 (Travessa) 1832	Coronel Paiva	39, 202, 241, 246, 506, 515
D	Rua do Porto	1710	Marquês de Paranaguá	28, 31, 137, 237, 244, 246, 286, 333, 434
E	Rua da Matriz/Rua Direita da Matriz	1756	Antônio Lavigne Lemos	144, 160, 179, 182, 267, 513, 518
F	Travessa da Matriz	1713	Conselheiro Dantas	38, 83, 505
G	Rua da Praia/Rua Direita da Praia	1812 1755	Praça Rui Barbosa	135, 265, 408, 419, 432, 449, 510
H	Rua de São Bento	1755	Santo Dumont	238
I	Rua de trás do Colégio	1846	Sá Oliveira	511
J	Ladeira da Vitória	1825	Ladeira da Vitória	198
K	Morro da Matriz Velha	-	Outeiro de São Sebastião	-
L	Largo da Praia	-	Praça Rui Barbosa	-
1	Capela de São Sebastião	Demolido na segunda década do século XX	No lugar foi construída a Catedral de São Sebastião, inaugurada na década de 1940	-
2	Capela de Nossa Senhora da Vitória	-	Igreja de Nossa Senhora da Vitória	-
3	Residência, Igreja e Colégio dos Jesuítas	Ruínas demolidas na última década do século XIX	Palácio Paranaguá (inaugurado em 1912)	-
4	Igreja Matriz de São Jorge	Concluída na segunda década do século XVIII	Igreja de São Jorge	-

Por outro lado, as formas que as praças de Ilhéus apresentavam no período colonial não se enquadram em padrões geometrizados do urbanismo erudito, estando mais associadas à estrutura física do território, muitas delas constituindo espaços residuais ou periféricos em sua articulação com a malha urbana, fator comum a outras cidades de origem portuguesa (TEIXEIRA, op. cit.). Assim, o encontro de malhas urbanas e as formas dos edifícios religiosos deram os traços das praças de Ilhéus no período colonial. Deve-se realçar que todas as praças e largos identificados na iconografia e nas escrituras resistiram às modificações da malha urbana e permanecem ainda hoje nos seus antigos lugares, porém, adaptados aos modelos de urbanismo posteriores e a novos padrões estéticos difundidos no século XX.

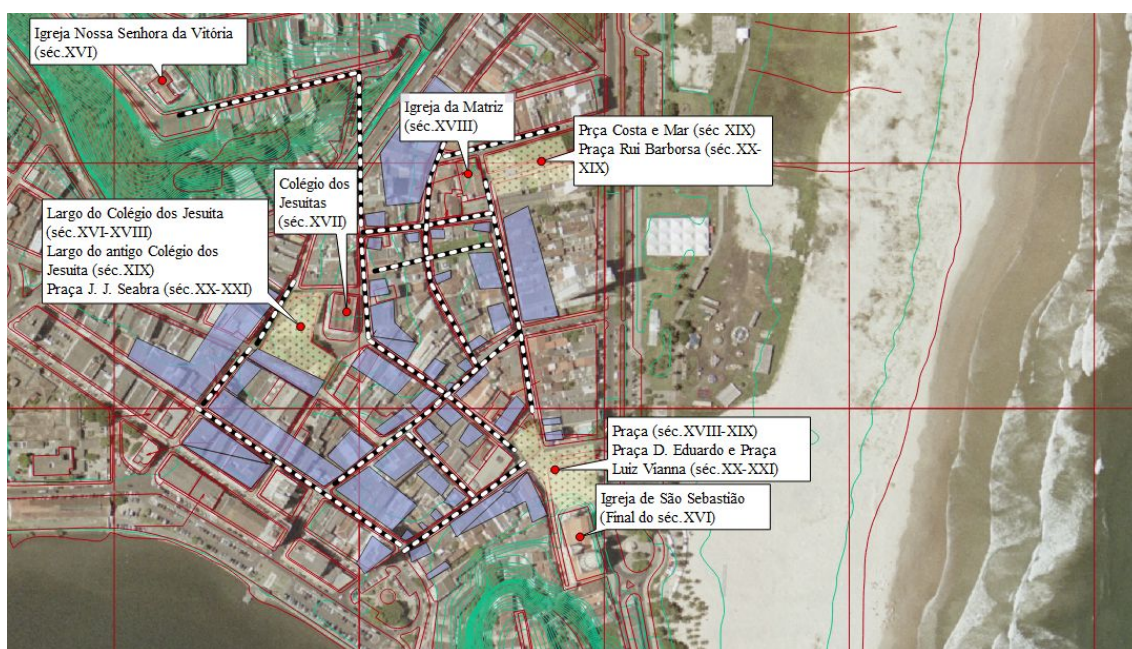


Figura 7 - Ruas, praças e principais edifícios de Ilhéus no século XIX (projeção em imagem atual).

Fonte: Base cartográfica obtida por satélite do Laboratório de Análises e Planejamento Ambiental – LAPA/UESC no programa QGIS e adaptada pelos autores.

4. Considerações finais

Apesar da consolidação de uma memória coletiva que ainda reconhece Ilhéus como a “Princesinha do Sul”, cenário das histórias de Jorge Amado e de outras expressões “dos



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

tempos do cacau e dos coronéis”, a cidade, do ponto de vista da sua morfologia espacial, tem seu “código genético” impresso no período colonial. Como expressão da primeira rede urbana que se formou no litoral brasileiro, a vila de Ilhéus respondia a um propósito que condicionou suas formas, desde a escolha do sítio, até a formação de sua tessitura urbana.

O processo de urbanização do território de Ilhéus envolveu soluções morfológicas e técnicas que objetivaram um aproveitamento mais adequado à topografia do sítio. A localização dos principais edifícios em pontos dominantes, ou a adoção do quarteirão de tipo medieval, presente na primeira vila, constituem soluções consagradas do pensamento urbanístico português de então, as quais permitiram tirar proveito do meio ambiente. Os traçados foram, portanto, adaptados à topografia e à hidrografia, acomodando o terreno para melhor aproveitamento funcional, formal e simbólico. No processo de expansão através da planície, a vernaculidade da primeira fase foi sendo corrigida, fazendo surgir um traçado mais erudito e geométrico.

Essa morfologia, moldada entre os séculos XVI e XIX, não se apagou com o tempo e condicionou todo desenvolvimento urbano posterior. Afinal, “é o sítio que molda a cidade e não o contrário” (PORTAS, 2000, p.164). Portanto, conhecer as formas urbanas, sua evolução e as culturas territoriais que informaram o desenvolvimento e a organização do espaço urbano ilheense, nas diferentes fases da sua formação territorial, constitui ação fundamental para que a sociedade e seus representantes possam fazer escolhas conscientes a respeito das estruturas que se devem manter ou reaproveitar, seja pelos seus valores funcionais, ou simbólicos.

Referências

Livros de notas da vila de Ilhéus, 1703-1824, números 1-7, Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), Seção Judiciário. Acessado a partir do **Banco de Dados de Escrituras do Notariado da Vila de Ilhéus (séculos XVIII e XIX)**. Disponível em: <https://suportenepabuesc.wixsite.com/nepab>; Acesso em: 16 mai. 2018

Planta da vila de Ilhéus (1852). Arquivo do Exército, Rio de Janeiro (AHEX, n. 2460).

MOUCHES, Ernest Amédée Barthélemy (1821-1892). **Plan Du Mouillage des Ilhéos** [Cartográfico]. Biblioteca Nacional Digital, Crt 525802, [S.l: s.n], 1859. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart525802/cart525802.jpg

Último acesso: 08/06/2018.

ACCIOLI, Inácio (1835). **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Anotações de Braz do Amaral. ed. of. do Estado da Bahia, Volume II, s/d.

ALBAGLI, Guilherme (1999). Notas sobre a evolução urbana de ilhéus. **Especiaria**. Ilhéus, v.2, n.3/4, p.165-188.



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

- ANCHIETA, José de (1933). **Cartas**: informações, fragmentos históricos e sermões do Padre José de Anchieta (1554-1594). Rio de Janeiro: Oficina Industrial Gráfica..
- BARLÉU, Gaspar (1940). **Historia dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil (1647)**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação.
- BARROS, Francisco Borges de (2004). **Memória sobre o município de Ilhéus**. 3.ed. Ilhéus: Editus.
- BUENO, Beatriz (2012). Dossiê: Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. Introdução. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo. v.20, n.1, p. 11-40.
- CAMPOS, João da Silva (2006). **Crônica da Capitania de São Jorge dos Ilhéus**. 3.ed. Ilhéus: Editus.
- CARITA, Helder; CARITA, Rui (2000). Modelos institucionais e personagens. A urbanização do espaço atlântico nos séculos XV e XVI. **Revista Oceanos**. Lisboa: Bertrand. n. 41, p.174-190.
- CARRARA, Angelo; MORALES, Walter; DIAS, Marcelo (Orgs.) (2015). **Paisagens e Georreferenciamento: História Agrária e Arqueologia**. São Paulo/Ilhéus: Annablume/NEPAB/UESC.
- CASTRO, Epaminondas Berbert de (1981). **Formação econômica e social de Ilhéus (1ª ed)**. Ilhéus: Prefeitura Municipal.
- DIAS, Geraldo José Amadeu Coelho (2012). **Quando os Monges Eram uma Civilização... Beneditinos**: Espírito, Alma e Corpo. Porto: CITCEM/Edições Afrontamento.
- GÂNDAVO, Pedro de Magalhães (2008). **Tratado da Terra do Brasil (1576)**: história da província Santa Cruz, a que vulgarmente chamamos Brasil. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial.
- HERNÁNDEZ, Maria Herminia Olivera (2009). **A administração dos bens temporais do Mosteiro de São Bento da Bahia**. Salvador: EDUFBA.
- IPHAC-BA (1988). **Inventário de proteção do acervo cultural da Bahia**. Monumentos e sítios do litoral sul, vol. 5. Salvador: Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo.
- JABOATÃO, Frei Antônio de Santa Maria (1858). **Novo orbe serafico brasilico ou chronica dos frades menores da Provincia do Brasil (1761)**. Rio de Janeiro.
- LEITE, Serafim (1938). **História da Companhia de Jesus no Brasil (Tomo 5)**. Lisboa: Livraria Portugália.
- LOBO, Manuel da Costa; JÚNIOR, José Geraldo Simões (Orgs) (2012). **Urbanismo de colina: uma tradição luso-brasileira**. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, Mackpesquisa/IST Press.



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

MAGALHÃES, Pablo; BRITO, Rosara (2015). A Gema do Brasil: a Capitania de Ilhéus em um manuscrito de 1626. In: **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**. Salvador. v. 110, p. 49-76.

MAHONY, Mary Ann. Um passado para justificar o presente: memória coletiva, representação histórica e dominação política na região cacauera da Bahia. In: **Caderno de Ciências Humanas – Especiaria**. V. 10, n.º 18, julho-Dezembro, 2007.

MORENO, Diogo de Campos (1955). **Livro que dá razão do Estado do Brasil (1612)**. Recife: Arquivo Público Estadual.

MOURA, Leonardo (2009). **O Outeiro da Matriz Velha de São Jorge dos Ilhéus**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Ilhéus: Universidade Estadual de Santa Cruz.

PESSÔA, José (2000). Em tudo semelhante, em nada parecido. Modelos e modos de urbanização na América portuguesa. **Revista Oceanos**. Lisboa. n. 41, p.70-81.

PORTAS, Nuno (2000). Os tempos das formas nas cidades lusas do Brasil. **Revista Oceanos**. Lisboa: Bertrand. n. 41, p. 162-172.

REIS FILHO, Nestor (1968). **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil (1500-1720)**. São Paulo: Pioneira.

RIBEIRO, André Luis Rosa (2005). **Memória e identidade: reformas urbanas e arquitetura cemiterial na região cacauera (1880-1950)**. Ilhéus: Editus.

DIAS, Eduardo (1951). Inspeções do capitão e sargento-mor Diogo de Campos Moreno e aventuras do pau-brasil em Ilhéus, 1612 (com 4 documentos). Comunicação apresentada no IV Congresso de História Nacional. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (RIHGB)**. Congresso de História Nacional. Tomo 11, p.10-24.

ROSSA, Walter (2000). No Primeiro dos elementos. Dados para uma leitura do urbanismo e da urbanística portugueses na Idade Moderna. **Revista Oceanos**. Lisboa: Bertrand. n. 41, p.8-21.

SALVADOR, Frei Vicente do (1889). **História do Brasil (1627)**. Rio de Janeiro: Publicação da Biblioteca Nacional, Typ. de G. Leuzinger & Filhos.

SANTOS, Paulo Ferreira (2001). **Formação de Cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro, UFRJ.

SANTOS, Milton (2011 [1985]). **Espaço e Método**. Editora Edusp: São Paulo.

SMITH, Robert (1958). **Urbanismo Colonial no Brasil**. Bem Estar. Urbanismo, Habitação. São Paulo. v.1, p. 14-22.

SOUSA, Gabriel Soares de (1851). **Tratado descritivo do Brasil em 1587**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert.



DOI: 10.20396/urbana.v*i*.0000000

[TEIXEIRA, Luís, séc. XVI] suposto autor (1968). **Roteiro de Todos os Sinais da Costa do Brasil**. Edição comemorativa do V centenário de Pedro Álvares Cabral [Reprodução fac-similar do ms. 51-IV-38 da Biblioteca da Ajuda; leitura diplomática; comentários e índice do vocabulário. Edição preparada por Max Justo Guedes] Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

TEIXEIRA, Manuel (2012). **A forma da cidade de origem portuguesa**. São Paulo, Editora Unesp.

VASCONCELOS, Simão de (1865). **Chronica da Companhia de Jesus do Estado do Brasil (1663)** – Volume II. A. J. Lisboa: Fernandes Lopes.